

HABEAS CORPUS Nº 570.744 - SC (2020/0080060-4)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MARCOS ROBERTO PULI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** com pedido liminar impetrado em favor de MARCOS ROBERTO PULI contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça de Santa Catarina** no julgamento da Apelação n. 0005009-21.2016.8.24.0039.

Na hipótese, o impetrante aponta constrangimento ilegal na imposição da fração de 1/3 (um terço), inferior a máxima, pela tentativa exclusivamente em virtude da quantidade de disparos de arma de fogo se não houve lesão corporal na vítima, e se requer, em caráter **liminar**, a concessão da ordem para suspender os efeitos da condenação em relação ao excesso de pena ora impugnado, até julgamento final do **writ**. No **mérito**, pugna pela readequação da fração redutora da tentativa para o grau máximo de 2/3, reduzindo a pena imposta ao paciente, com consequente redução e modificação do regime inicial de pena para o regime aberto.

É o breve relatório.

Decido.

Diante da hipótese de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal

Superior Tribunal de Justiça

de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do **fumus boni iuris** e do **periculum in mora**, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do **Parquet**.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Relator